

EFEITOS TÓXICOS DA AUTOMEDICAÇÃO

DANIELE FALÇONI¹
GRAZIELE FERREIRA SANTOS¹
LARISSA VICENTIN MOREIRA¹
ROSELENA ABREU GUEDES²

RESUMO

O sucesso terapêutico e a segurança de qualquer tratamento são determinados pela combinação de prescrições baseadas em evidências e conhecimento dos fatores que podem determinar a resposta em um paciente individual. Sabemos que a prescrição e o uso indevido de medicamentos é uma das principais causas de complicações de saúde e prejuízos socioeconômicos. Com o tempo, a prática da automedicação tornou-se ainda mais preocupante, com o aumento das taxas de intoxicação por drogas, o que se tornou um problema de saúde pública. Este estudo tem como objetivo testar as taxas e incidências e os efeitos toxicológicos associados à automedicação. A alta prevalência da automedicação, além do fato de poder levar a reações adversas, também reflete o uso irracional de medicamentos pela população leiga em geral. Assim, os dados obtidos confirmam a importância do monitoramento contínuo, avaliação e educação da população sobre os riscos e benefícios do uso de medicamentos, principalmente os de venda livre, e os usuários devem estar cientes de seus possíveis riscos à saúde.

Palavras Chave – Automedicação, intoxicação, alta prevalência, saúde pública.

ABSTRACT

The therapeutic success and safety of any treatment is determined by a combination of evidence-based prescriptions and knowledge of the factors that can determine response in an individual patient. Over time, the practice of self-medication became even more

¹ Graduandos em Biomedicina pela Faculdade Multivix – Cachoeiro de Itapemirim.

² Professora orientadora. Mestre em Ciências Veterinárias (UFES). Especialista em Farmacologia (FAFIA) e Atenção Primária à Saúde (FACASTELO). Graduada em Ciências Biológicas e Farmácia (FAFIA). Professora na Multivix – Cachoeiro de Itapemirim.

worrying, with the increase in drug intoxication rates, which became a public health problem. This study aims to test the rates and incidences and toxicological effects associated with self-medication. The high prevalence of self-medication, in addition to the fact that it can lead to adverse reactions, also reflects the irrational use of medication by the lay population in general. Thus, the data obtained confirm the importance of continuous monitoring, evaluation and education of the population about the risks and benefits of using medicines, especially over-the-counter ones, and users must be aware of their possible health risks.

Keywords – Self-medication, intoxication, high prevalence, public health.

1 INTRODUÇÃO

A automedicação é um fenômeno global e potencial contribuinte para a resistência dos patógenos aos antibióticos. As consequências adversas de tais práticas devem sempre ser enfatizadas para a comunidade e medidas para contê-las. O uso excessivo e irracional de antimicrobianos sem orientação médica pode resultar em maior probabilidade de terapia inadequada, incorreta ou indevida, diagnóstico incorreto, atrasos no tratamento adequado, resistência a patógenos e aumento da morbidade (ARNOLD, 2015).

É necessário aumentar a conscientização e implementar legislações para promover práticas judiciosas e seguras. Melhor conhecimento e compreensão sobre a automedicação podem resultar em uso racional e, portanto, limitar os problemas emergentes de resistência microbiana (SILVANA, 2015).

A crença de que fármacos podem curar e/ou amenizar quaisquer patologias faz aumentar o uso descontrolado de medicamentos sem prescrição médica, que conseqüentemente, são tratamentos ineficazes que podem desencadear problemas ainda maiores (ARRAIS et al., 2016).

O uso autônomo e indiscriminado de medicamentos promove graves prejuízos à saúde pública, por isso se justifica uma nova investigação sobre a automedicação na população, com ênfase no padrão de consumo de medicamentos de venda livre, para traçar o perfil de indivíduos que se automedicam e conhecem suas motivações

(BEIARIOS, 2015).

Segundo Galvan e colaboradores (2016), a automedicação é utilizada pela pessoa em seu próprio benefício e sem a devida prescrição, nessas circunstâncias, ele não procura atendimento médico para resolver o que acredita ser um problema de saúde, segue os conselhos de vizinhos, amigos ou familiares; o uso de restos de drogas antigas que foram salvas; ou use receitas prescritas por você ou outros para comprar o mesmo medicamento que foi eficaz em algum momento no passado. Os medicamentos são considerados uma mercadoria social importante. Seu uso pela população brasileira é elevado e depende de diversos fatores.

Entre eles - um aumento na expectativa de vida da população e, como resultado, um aumento na carga de doenças crônicas, o surgimento de novas e antigas doenças infecciosas, um aumento no número de transtornos do humor, doenças resultantes da degradação ambiental, poluição ambiental e mudanças climáticas. Apesar do crescente investimento financeiro do governo brasileiro no acesso universal aos cuidados de saúde, as dificuldades de acesso, atrasos e cuidados de saúde de má qualidade nos setores público e privado ainda são comuns no Brasil. Somam-se a esses aspectos a propaganda de medicamentos OTC (Medicamentos de venda livre) na mídia, a presença de farmácias domiciliares e a crença de que os medicamentos são a solução, fator importante na prática da automedicação (RICHARD, 2020).

Esta revisão teve como objetivo de pesquisa a automedicação de medicamentos gerais, seu uso, sua segurança e motivo de uso. De maneira concreta este trabalho propõe como seriam os desdobramentos da automedicação se as pessoas que estão usando, tivessem conhecimento suficiente sobre sua dose, tempo de ingestão, efeito colateral em overdose e em contrapartida, também é demonstrado que devido à falta de informação pode causar efeitos graves como resistência a antibióticos, problemas de peles, hipersensibilidade e alergias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INTRODUÇÃO A PROBLEMÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO

A automedicação é o ato de usar medicamentos por conta própria ou por recomendação de pessoas não qualificadas com base no bom senso ou na experiência

pessoal, utilizados no tratamento de doenças cujos sintomas são identificados pelo próprio indivíduo, sem consulta prévia ao médico ou odontológico, conforme definição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BRASIL, 2001).

No complexo contexto do sistema de saúde brasileiro, em que as necessidades de saúde não são plenamente atendidas, a farmácia comunitária ocupa posição privilegiada como estabelecimento de saúde mais acessível à população, por representar um importante local de busca pela atenção básica. Nas farmácias brasileiras, a comercialização de muitos medicamentos dispensa a prescrição médico-odontológica, aumentando e estimulando a automedicação e a indicação terapêutica mediada por terceiros, tornando-as práticas comuns, mesmo no caso de doenças que exijam exames clínicos e laboratoriais para sua aplicação no diagnóstico (NAVAES et al., 2015).

Os medicamentos são importantes no tratamento de doenças e são responsáveis pela melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, o uso indiscriminado de medicamentos pode causar riscos à saúde. A prática da automedicação é preocupante devido ao fácil acesso aos produtos terapêuticos e aos potenciais danos à saúde causados por tais práticas (PELICIONI, 2015).

A automedicação é entendida como um procedimento cuja principal característica é a iniciativa do paciente ou de seu responsável para aquisição, elaboração e utilização de um medicamento em busca de alívio sintomático e tratamento de doenças (PAULO & ZANINI, 2019).

Existem várias formas de se praticar a automedicação, como adquirir o medicamento sem a prescrição necessária, compartilhar o medicamento com seus conhecidos, usar sobras de receitas, usar receitas antigas e não cumprir a prescrição profissional, estender ou encerrar prematuramente a dosagem e o prazo tempo recomendado na receita (ANDRADE, 2008). Segundo PELICIONI (2015), grande parte da população brasileira não está preparada para entender os prejuízos que essa prática pode causar ou mesmo para se auto-medicar com responsabilidade.

Vários fatores induzem à prática da automedicação, como a venda indiscriminada de medicamentos, principalmente pela dificuldade de acesso aos sistemas de saúde e pelos custos com planos de saúde e consultas médicas. Por outro lado, pouco se sabe sobre as características da população associada a essa prática. Um melhor entendimento das características apresentadas pelos indivíduos que se automedicam facilitará a observação de grupos de maior risco e, portanto, mais atenção deve ser

dedicada a eles (SILVA, 2016).

O Brasil tem um mercado de medicamentos que movimentava bilhões por ano, sendo um dos países que mais consome drogas. Cerca de 480 empresas compõem o setor farmacêutico, além de mais de 65.000 farmácias e drogarias em todo o país, em número crescente (DOMINGUES et al., 2015). No complexo contexto do sistema de saúde brasileiro, em que as necessidades de saúde não são plenamente atendidas, a farmácia comunitária ocupa posição privilegiada como estabelecimento de saúde mais acessível à população, por representar um importante local de busca pela atenção básica. Nas farmácias brasileiras, a comercialização de muitos medicamentos dispensa a prescrição médico-odontológica, aumentando e estimulando a automedicação e a indicação terapêutica mediada por terceiros, tornando-as práticas comuns, mesmo no caso de doenças que exijam exames clínicos e laboratoriais para sua aplicação diagnóstica (NAVAES et al., 2010).

Inexperiente e privado dos conhecimentos essenciais para diferenciar os problemas de saúde, julgar seus agravos e decidir sobre a terapia medicamentosa mais adequada para a situação, o consumidor coloca em risco sua saúde, contribuindo para diagnósticos errôneos sobre a patologia, demora na identificação dos sinais e sintomas, seleção de terapia inadequada, dosagem inadequada do medicamento, período de uso reduzido ou prolongado, possibilidade de dependência, risco de efeitos colaterais graves, possíveis interações com outros medicamentos, risco de reações anafiláticas e falta de conhecimento da forma correta de armazenar o medicamento (RODRIGUES et al., 2016)

2.2 INCIDENCIA E EFEITOS TÓXICOS DA AUTOMEDICAÇÃO

O uso indiscriminado de medicamentos, a automedicação e a prescrição de medicamentos por pessoas sem qualificação técnica são graves problemas de saúde pública no Brasil. A automedicação pode ser definida como a escolha e uso de medicamentos para o tratamento de sintomas e/ou patologias sem prescrição ou supervisão de um profissional, seja ele médico ou dentista (BUENO, 2017). A automedicação é mundialmente utilizada e pode ter frequências diferentes dependendo da população, tipo de estudo, método ou período de estudo (NAVES et al., 2015).

Figura 1 - Os principais prescritores leigos e informais no Brasil



Fonte: ICQT (2018).

Embora a maioria dos medicamentos consumidos não sejam medicamentos prescritos, a intoxicação potencial e os efeitos colaterais que podem causar nos consumidores não devem ser esquecidos. No caso de analgésicos como não esteroides, distúrbios gastrointestinais, reações alérgicas e até efeitos renais podem ser citados entre outros efeitos colaterais (GONÇALVES et al., 2017).

Um estudo de Martinez (2014) constatou que a automedicação entre os entrevistados resultou em uma prevalência de 15,1% de efeitos colaterais; Em contraste, em um estudo de Paula e colaboradores (2012), que avaliou hospitalizações em idosos devido à toxicidade e efeitos colaterais de medicamentos no Brasil, analgésicos não opioides, antipiréticos e anti-reumáticos estiveram associados a 37,0% dos auto-hospitalizações por medicamentos. a intoxicação, que ocupa o quarto lugar nas internações nessas situações e está mais relacionada aos casos de trauma.

Margonato, Thomson e Paoliello (2008) e Mota et al. (2012) citam as drogas como um dos principais agentes de intoxicação que são tratados em uma emergência médica. Para Gonçalves et al. (2017), a intoxicação por drogas ocorre por diversos motivos, entre os quais os principais são a administração acidental, as tentativas de suicídio e o abuso (principalmente entre adolescentes e adultos), bem como os erros de administração. A intoxicação por drogas tornou-se um problema de saúde pública e, com esse número crescente de casos, cresce a necessidade de fiscalizações, programas de educação em saúde, além de medidas preventivas, educacionais e de vigilância aprimorada

(RIBEIRO, 2020).

Germano e Alonso (2017) citam alguns fatores que costumam estar associados à intoxicação medicamentosa, a saber: automedicação, erro de prescrição, exposição acidental, uso inadequado, e entre esses fatores destacam-se: tentativa de suicídio, aborto etc. assassinato. O suicídio é considerado a principal causa de intoxicação por drogas, justificado pelo uso irracional e em altas doses de drogas, mais comum em mulheres jovens (GANDOLFI; ANDRADE, 2006). As intoxicações são muito comuns em todo o mundo e, apesar dos diversos casos, a taxa de mortalidade pode ser considerada baixa.

De 2011 a 2015, a automedicação foi a segunda causa mais comum de intoxicação por drogas. Entre 2010 e 2017, ocorreram 565.271 casos de intoxicações no Brasil. Destes, em 298.976 medicamentos, o medicamento foi o agente tóxico mais frequente, o que corresponde a 52,8% do total de casos. Dados do Ministério da Saúde mostram que, entre 2007 e 2017, o SINAN (Sistema de Informações sobre Intoxicações) no Brasil registrou 470.913 casos de intoxicações. O uso de drogas predominou no perfil das tentativas de suicídio, com 12.845 casos de automedicação registrados no mesmo período (RIBEIRO et al. 2020).

2.3 CLASSES MEDICAMENTOSAS E FITOTERAPICOS COM ATENÇÃO A AUTOMEDICAÇÃO E LEGISLAÇÃO REGULAMENTÓRIA QUE ENVOLVE OS MEDICAMENTOS SEM PRESCRIÇÃO

O uso indiscriminado de drogas ou substâncias consideradas “comuns”, como analgésicos, pode causar inúmeras consequências como reações alérgicas, dependência, sangramento digestivo e pode até aumentar o risco de certos tipos de câncer. Algumas classes de medicamentos exigem receita médica no momento da compra (VITOR et al., 2008).

Antibióticos e psicotrópicos, entre outros grupos terapêuticos não descritos no GITE, e medicamentos administrados por via parenteral, estão disponíveis mediante prescrição, RDC nº. 138 de 29 de maio de 2003. Restringindo a liberdade de uma pessoa

de aliviar os sintomas seguindo sua vontade. O uso inadequado de medicamentos é impulsionado por fatores externos como cultura, economia e outros fatores que facilitam a compra e venda de medicamentos sem a necessidade de receita médica (FREITAS, 2008).

A prática da automedicação em nosso país se caracteriza pela crise do setor saúde. O acesso aos serviços públicos de saúde é difícil e a maioria da população vive na pobreza e não pode pagar pelo seguro saúde, razão pela qual essa prática é tão comum. Porém, o fator financeiro é insuficiente para explicar a automedicação, fatores como educação, acesso a informações sobre medicamentos e principalmente o fator cultural também entram nesse contexto (SOUSA et. al., 2008).

Essa forte tendência à automedicação oferece esperança para o país enfrentar o problema da falta de confiabilidade das agências de vigilância sanitária na verificação e coibição de práticas injustas, bem como delinear os limites entre a exposição da indústria farmacêutica ao mercado e os padrões éticos necessários para fique saudável. saúde pública (FREITAS, 2008). Segundo Cantarino (2007), “o Brasil está entre os países com maior consumo de drogas no mundo. O país ocupa o 10º lugar no ranking do mercado farmacêutico global, vendendo uma média de 1,6 bilhão de caixas de medicamentos anualmente.” De acordo com o censo de 2010, a população do Brasil é de 190.732.694, usando esse número, são vendidas cerca de 8,4 caixas de medicamentos por habitante anualmente (IBGE, 2020).

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), automedicação é o uso de medicamentos por conta própria ou por recomendação de pessoas não qualificadas, como trabalhadores de farmácia e até amigos e familiares, para tratar doenças que o usuário "percebe" sintomas, sem a avaliação do profissional médico, como médicos e dentistas (ANVISA, 2017). As principais queixas que levam à automedicação são: prisão de ventre, gripe, tosse, dor de garganta, rinite alérgica, úlceras orais, indigestão, constipação, vômito, diarreia, sangramento, queimadura de sol, verrugas, dor moderada (cabeça ou músculos) e um pouco de pele problemas como acne e micoses (MENDES et. al, 2014).

Podemos citar alguns dos fatores que contribuem para essa prática, como a

venda de medicamentos sem prescrição nas farmácias, as propagandas de medicamentos na mídia e o congestionamento nos domicílios, as chamadas “pequenas farmácias domiciliares”. Essas pequenas farmácias representam um fator de risco muito alto porque o acesso a esses medicamentos é muito fácil e a ingestão acidental, principalmente por crianças, é comum. Assim, o risco de intoxicação é alto (SCHIMID, BERNAL, SILVA, 2010; AQUINO, 2008; FERREIRA et al., 2005).

Dados do Sistema Nacional de Informações Tóxicas e Farmacológicas (SINITOX) mostram que em 28% dos casos de intoxicação no Brasil os medicamentos são o principal tóxico. Entre eles, crianças menores de 5 anos representam 35% dos casos. Entre 1999 e 2009, foram relatados mais de 307.650 casos de intoxicação por drogas, com níveis superiores às reações tóxicas de pesticidas, venenos de rato, mordidas de animais, produtos de limpeza e cosméticos (SINITOX, 2009). Além do risco de intoxicação por automedicação, o uso indiscriminado de drogas ou substâncias consideradas “corriqueiras”, como analgésicos, pode causar inúmeras consequências, como reações alérgicas, vícios, sangramento digestivo, podendo até aumentar o risco de certos tipos de câncer (VITOR et. al, 2008).

Segundo Cantarino (2007), “o Brasil está entre os países com maior consumo de drogas no mundo. O país ocupa o 10º lugar no ranking do mercado farmacêutico global, vendendo uma média de 1,6 bilhão de caixas de medicamentos anualmente”. De acordo com o censo de 2020, a população do Brasil é de 213 milhões e, com base nesses dados, são vendidas anualmente cerca de 8,4 caixas de medicamentos por habitante (IBGE, 2020). A Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica afirma que cerca de 80 milhões de brasileiros, aproximadamente 42% da população, praticam a automedicação. Em geral, essa prática é justificada pela má qualidade do fornecimento de medicamentos, principalmente porque a maioria das farmácias não cumpre a obrigação de fornecer receitas médicas para a venda de determinados medicamentos. No Brasil, uma empresa farmacêutica é tratada apenas como comércio de medicamentos e não é reconhecida como unidade de saúde (VITOR et. Al, 2008; SOUSA, SILVA, NETO, 2008).

Parte significativa do mercado da indústria farmacêutica é contabilizada pelo consumo de medicamentos pela população sem consulta médica, o que leva à automedicação por influência da mídia. Neste mercado, não existem esforços de

marketing direccionado, publicidade e farmácias adaptadas aos verdadeiros supermercados. Assim, estimula-se uma cultura de uso excessivo de uma grande variedade de medicamentos (SOUSA, SILVA, NETO, 2008). Existem 82.204 farmácias e farmácias no país, das quais 63.606 estão localizadas no sertão, segundo relatório do Conselho Federal de Farmacêutica (CFF) em dezembro de 2010, relatório da comissão de fiscalização. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera ideal ter uma farmácia para cada 8-10 mil pessoas, esses números indicam que existe cerca de uma farmácia para cada 2.320 pessoas, o que é quase quatro vezes mais que o ideal (CFF, 2010) .

2.3.1 FITOTERAPICOS E NATURAIS

A diferença entre os efeitos terapêuticos e tóxicos dos medicamentos em geral se deve à simples dose utilizada. Assim, em situações normais, doses adequadas produzem o efeito terapêutico desejado, enquanto altas doses causam intoxicação, ignorando as características individuais do paciente. Atualmente, os profissionais de saúde prestam grande atenção às variações nas respostas clínicas com base nas características individuais. Quando uma dose de um medicamento é administrada de forma inadequada, ou mesmo em decorrência do uso indiscriminado de drogas sintéticas ou naturais, pode causar certas patologias indesejadas que atualmente estão causando morbidade e até a morte. (GERMANO, 2017)

A automedicação é o uso de medicamento por conta própria ou por recomendação de pessoa não qualificada para o tratamento de doenças, cujos sintomas são "percebidos" pelo usuário, sem avaliação prévia do profissional de saúde (médico ou dentista) (ANVISA, 2017). O uso racional de medicamentos significa obter o melhor efeito, usá-los no menor tempo possível, a um preço razoável. Embora isso pareça óbvio, a prática tem mostrado que as drogas raramente são usadas de maneira racional. Segundo a OMS, para o uso racional é necessário prescrever o medicamento adequado, de forma que esteja disponível a um preço acessível, que seja distribuído e dispensado de maneira adequada e que seja utilizado na dose e dosagem indicadas. O medicamento deve ser eficaz, seguro e de qualidade comprovada (ARIAS, 1999).

O consumo de plantas medicinais no Brasil é caracterizado pelo uso empírico e

pela falta de evidências adequadas para a ação farmacológica de medicamentos produzidos por curandeiros, comerciantes e usuários. Além disso, outros fatores como intoxicação, reações alérgicas e falha do tratamento podem estar associados ao uso impróprio dessas plantas. Esses problemas também podem estar relacionados a erros na identificação das espécies consumidas ou na forma como são cultivadas, colhidas, armazenadas, preservadas ou preparadas. (GELLER, 2012)

A mídia tem impactado negativamente o consumo desses produtos, promovendo a ideia da superioridade dos medicamentos ou das terapias naturais, alegando que não apresentam reações adversas ou contra-indicações. Esta situação pode fazer com que os consumidores façam uso indevido de certos tipos de plantas perigosas que são consideradas medicinais. (GALVAN, 2016).

A descontextualização do consumo dessas plantas, quando determinadas espécies são utilizadas para fins medicinais diferentes dos indicados para o uso tradicional, pode contribuir para o risco de reações tóxicas em quem as ingere. (MARGONATO, 2008) De acordo com o texto de Diego Benny, podemos observar a eficácia de algumas ervas medicinais e seus possíveis efeitos colaterais: Aroeira: Esta árvore é constituída por um verdadeiro "Canivete Suíço". O gel feito com seu óleo é eficaz contra algumas micoses vaginais. A substância também tem propriedades cicatrizantes, antiinflamatórias e antimicrobianas, úteis para estomatite (uma patologia viral que causa úlceras bucais) e infecções que afetam a pele. Efeitos colaterais: alergias cutâneas. (NAVAES, 2010)

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo cujos artigos selecionados para estudo foram pesquisados nas bases de dados: BVS, Scielo, Lilacs e Google Acadêmico. Também foram utilizadas monografias e teses de mestrado sobre o tema além de livros didáticos na área de saúde do trabalhador e enfermagem. A seleção dos dados deu-se a partir dos descritores: enfermagem do trabalho, saúde do trabalhador e riscos ocupacionais.

Os dados primários foram coletados através do uso das seguintes técnicas de

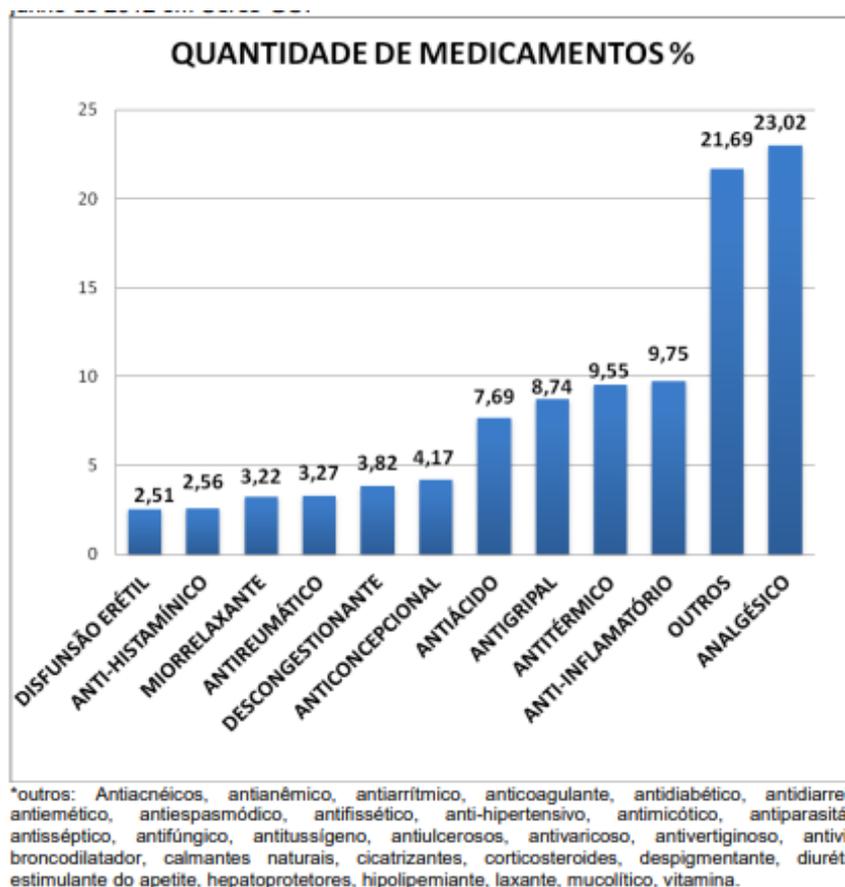
pesquisa de fatos; revisões, artigos, livros, enquanto os dados secundários serão de minutas de departamento, relatórios, revistas e sites do governo. Foi realizada uma revisão de literatura de livros relacionados, na internet e outras fontes confiáveis que fornecem dados imperativos sobre o estudo. A revisão segue as diretrizes gerais de revisões sistemáticas da literatura.

Tem sido argumentado que revisões sistemáticas da literatura fornecem uma abordagem mais rigorosa para sintetizar a literatura sobre um tópico em particular, em comparação com o estilo mais aberto das revisões convencionais (LACEY, 2011). De acordo com Jesson et al (2011), revisões sistemáticas são claras sobre seus objetivos, quais bases de dados foram pesquisadas e quais estudos foram incluídos e excluídos e por quê. Além disso, revisões sistemáticas têm um foco específico e relatam a qualidade dos estudos que foram examinados

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada de setembro a novembro de 2021. Segundo o DATASUS (2020), as classes de medicamentos mais consumidas foram: analgésicos - 23,02%, antiinflamatórios - 9,75%, antipiréticos - 9,55%, antigripais - 8,74%, antiácidos - 7,69%, anticoncepcionais 4,7%, descongestionantes 3,82%, antirreumáticos 3,27%, relaxantes musculares 3,22%, anti-histamínicos 2,56%, disfunção erétil 2,51% e outros * 21,69% (Gráfico 1). Algumas doenças como dor de garganta, gripe, resfriados e alergias são causadas pela estação chuvosa e fria nos meses em que o estudo foi realizado. O surgimento dessas doenças leva ao uso de alguns medicamentos, como antiinflamatórios, anti-influenza, anti-histamínicos, descongestionantes e antitérmicos. Os medicamentos de automedicação mais vendidos foram os analgésicos. Isso se deve ao fato de que as pessoas não suportam a dor, uma vez que essa condição afeta não só as relações sociais e emocionais, mas também a qualidade de vida e a produtividade. Entre os clientes que faziam uso dessa classe de medicamentos, uma das principais queixas era a cefaleia.

GRAFICO 1 – QUANTIDADE DE MEDICAMENTOS EM %



FONTE – DATASUS 2020

A pesquisa mostra que as dores de cabeça são tratadas principalmente com analgésicos e a automedicação é bastante comum nesses casos. Confirmação dos resultados obtidos neste estudo (OLIVEIRA & PELÓGIA, 2011). O alto consumo de antiinflamatórios não esteróides pode causar efeitos colaterais, como desconforto gástrico, úlceras e gastrite. Essas drogas inibem a síntese e a liberação de prostaglandinas, substâncias sintetizadas a partir do ácido araquidônico. Estão envolvidos em diversas ações metabólicas e fisiológicas, mas a função mais importante a ser discutida nesta fase é a ação protetora da mucosa gástrica.

Num questionário realizado pelas autoras com integrantes em que a grande maioria dos entrevistados de acordo com os gráficos abaixo tem uma faixa etária inferior a 40 anos.

Gráfico 1 – Faixa Etária



Fonte – As autoras

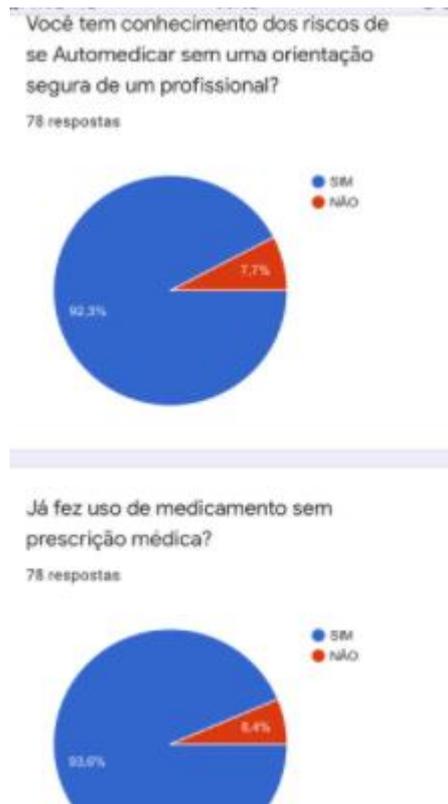
As prostaglandinas desempenham um papel protetor, aumentando a secreção de muco e cicatrizando feridas e úlceras. Ao inibir a liberação e a síntese dessas substâncias, o tecido do estômago fica desprotegido, o que contribui para a ação do ácido clorídrico, que pode causar irritação e até sangramento gástrico (GELLER et. Al, 2012). Conseqüentemente, os efeitos colaterais decorrentes do uso contínuo e desregulado de analgésicos levam ao tratamento paliativo com alguns antiácidos e mesmo à associação com antieméticos, iniciando o ciclo terapêutico. Tendo dominado as habilidades de automedicação para desconforto estomacal, o paciente retornará à farmácia para se livrar dos alegados sintomas. Como a pessoa não para de tomar analgésicos, também não para de tomar antiácidos, mas o uso excessivo de antiácidos causa um efeito rebote, que piora o estado do estômago do paciente.

Além disso, o uso de antiácidos e antieméticos também pode ser atribuído ao consumo excessivo de alimentos e bebidas durante os feriados e finais de semana, o que motivou o uso desses medicamentos. Outros resultados importantes mostraram que medicamentos e anticoncepcionais para disfunção erétil tiveram um papel importante neste estudo. Sildenafil foi o medicamento para disfunção erétil mais comumente usado,

mais comumente usado por adultos jovens.

Também no questionário realizado pelas autoras, foi constatado que a maior parte dos entrevistados tem conhecimentos dos riscos de se automedicar, bem como a ampla maioria já fez ou faz uso de medicamentos sem prescrição médica.

Gráfico 2 – AUTOMEDICAÇÃO EM %



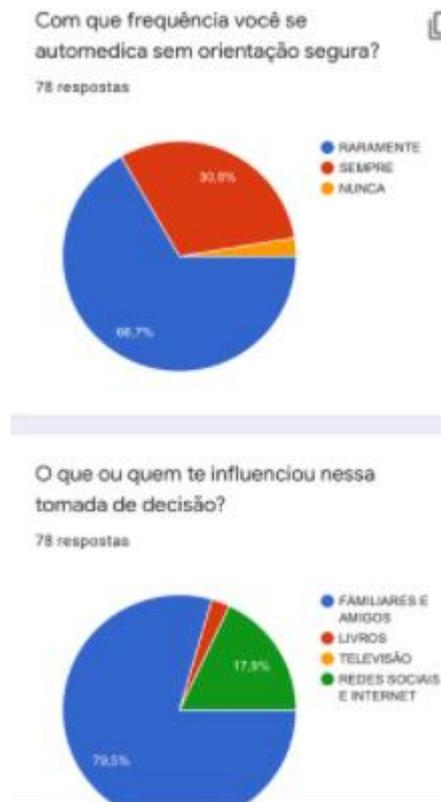
FONTE – As Autoras

Segundo estudo realizado com universitários de São Paulo, os motivos mais comuns para o uso dessas drogas são curiosidade (70%), aumento da ereção (12%), controle da ejaculação precoce (12%) e aumento do prazer (6%) . Neste estudo, o sildenafil também foi o medicamento mais comumente usado para o tratamento da disfunção erétil, e os jovens também foram os maiores usuários (FREITAS et. Al, 2008). Os anticoncepcionais são usados principalmente para prevenir a gravidez. Seu uso é muitas vezes visto como automedicação, pois a maioria das mulheres não vai ao médico para saber qual anticoncepcional usar, costumam usar o mais comum ou o da namorada. Outro fator associado ao alto consumo de anticoncepcionais é que algumas

mulheres procuram o ginecologista com receita médica, tornando neste caso também a automedicação.

Verificou-se que há um pequeno paralelo entre as pessoas que se medicam com frequência (35,9% e as pessoas que automedicam raramente 65,7%) demonstrando-se expressivo o número de pessoas que consomem medicamentos por conta própria, mesmo cientes dos riscos.

Grafico 3 – AUTOMEDICAÇÃO SEM ORIENTAÇÃO



Fonte – As Autoras

Neste hiato, também é importante frisar a % de pessoas que foram influenciadas por familiares e amigos, onde é em sua maioria abrupta (79,5) e os restantes, se automedicaram com conhecimentos obtidos com bases em televisão, redes sociais e internet como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o uso da automedicação na maioria das vezes é feito de forma irresponsável e sem a preocupação de vincular um medicamento a outro, pode-se dizer que a automedicação é uma das principais causas de intoxicação no Brasil. Em cerca de 30% dos casos de intoxicação, os medicamentos são a principal substância tóxica. Dados coletados entre 2009 e 2019 mostram que houve 307.650 casos de intoxicação por drogas. Essas taxas superam as reações tóxicas de pesticidas, venenos de rato, picadas de veneno, produtos de limpeza e cosméticos (SINITOX, 2019).

Em muitos casos, essas intoxicações levam à morte. As faixas etárias com maior número de óbitos por intoxicação estão entre 20 e 59 anos, sendo responsáveis por 70% de todas as mortes por uso inadequado de medicamentos (SINITOX, 2009). Sob o manejo farmacêutico, as taxas de intoxicação e outros problemas decorrentes do uso inadequado de drogas tendem a diminuir. Uma vez sob orientação profissional, o paciente percebe os riscos associados ao uso de drogas e torna-se mais cauteloso com a prática.

Porém, a assistência farmacêutica chega a um impasse, muitas vezes o sistema de farmácia é colocado em funcionamento, com foco apenas na venda, por outro lado, o farmacêutico deve exercer suas atividades estabelecidas no Código de Ética Profissional. Apesar desse impasse, o farmacêutico deve exercer plenamente sua atividade farmacêutica de forma a reduzir os riscos associados à prática da automedicação (OLIVEIRA & PELÓGIA, 2011). A classe terapêutica mais utilizada foi a de analgésicos (23,02%). E o farmacêutico mais vendido foi o Dorflex® (4,14%), que é analgésico, relaxante muscular e antipirético. Porém, o dado que mais chamou a atenção dos pesquisadores deste estudo foi o alto consumo de medicamentos para disfunção erétil, ocupando a décima primeira classe terapêutica mais popular (2,51%) e a oitava classe farmacêutica mais vendida (2,38%) (DATASUS 2020).

Além disso, observou-se neste trabalho que a automedicação pode levar a ciclos de uso de drogas que podem levar a casos graves de intoxicação. Assim, ele destaca a importância do farmacêutico na correta distribuição dos medicamentos e na prestação da assistência farmacêutica para alertar a população para os riscos da automedicação, abreviando essa prática.

6 REFERÊNCIAS

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 174**, de 15 de setembro de 2017

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 44**, de 17 de agosto de 2017

ARIAS, D. **Self-medication**. Journal of Biological Sciences, 24(4):808-812, 1999.

ARNOLD, C. M. L.; GONTIJO, I. L. **Automedicação entre as trabalhadoras de enfermagem de um hospital de Uberaba – MG**. Revista Eletrônica Gestão & Saúde. Vol. 06, Nº. 02, p. 1229-38, 2015.

BERTOLDI, A. D. et al. **Utilização de medicamentos em adultos: prevalência e determinantes individuais**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 228-38, 2004.

BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 1986.

BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada nº 328**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 22 de julho de 1999.

CANTARINO, J. F.; GOTTSCHAU, M.; SIERSMA, V. D.; GRAUNGAARD, A. H.; HOLSTEIN, B. E.; KNUDSEN, L. E. **Association of maternal self-medication and over-the-counter analgesics for children**. Pediatrics. 133(2):291-298, 2007.

FREITAS, R. M.; MAIA, F. D.; IODES, A. M. F. **Atenção farmacêutica aos usuários do centro de atenção psicossocial–CAPS VI**. Infarma 18(9/10), 2008.

FREITAS, V. P.; MARQUES, M. S.; DUARTE, S. F. P. **Automedicação em Universitários do curso de Graduação da área de Saúde em uma Instituição de Ensino Superior Privada em Vitória da Conquista**. Id on Line Revista multidisciplinar e de Psicologia, 2009.

GALVAN, M. R.; DAL PAI, D.; ECHEVARRÍA-GUANILO, M. E. **Automedicação entre profissionais da saúde**. REME. Rev Min Enferm, 2016.

GANDOLFI, E.; ANDRADE, M. G. G. **Eventos toxicológicos relacionados a medicamentos no Estado de São Paulo**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.40, n.6, p.1056-1064, 2006.

GELLER, L. S. F. et al. **Automedicação em acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde de uma universidade privada do Sul do Estado de Minas Gerais**. Odont.Clin.- Cient., Recife, p. 57 – 63, 2012.

GERMANO, L. C.; ALONSO, H. G. A. **Estudo descritivo dos atendimentos hospitalares por eventos toxicológicos em um município do estado de São Paulo, 2012**. Epidemiologia e Serviços de Saúde. Brasília, v.26, n.3, jul./set., 2017.

GONÇALVES, C. A. et al. **Intoxicação Medicamentosa: relacionada ao uso indiscriminado de medicamentos**. Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes, RO, v.8, n.1, p.135-143, jan./jun., 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

JESSON, B. M.; LAMBOUR, P.; CERÓN, A. **Comparing antibiotic self-medication in two socio-economic groups in Guatemala City: a descriptive cross-sectional study**. BMC Pharmacology and Toxicology, 2015.

LACEY, I. A.; KIM, B.; BAJPAI, V. K.; PARK, Y. **Self-medication and antibiotic resistance: crisis, current challenges, and prevention**. Saudi Journal of Biological Sciences, 24(4):808-812, 2011.

MARGONATO, F. B.; THOMSON, Z.; PAOLIELLO, M. M. B. **Determinantes nas intoxicações medicamentosas agudas na zona urbana de um município do Sul do Brasil**. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 24, n. 2, 2008.

MARTINEZ, R. S. **Automedicação**. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 47, n. 4, Editorial, 2014.

MENDES, Z.; MARTINS, A. P.; MIRANDA, A. C.; SOARES, M. A.; FERREIRA, A. P.; NOGUEIRA, A. **Prevalência da automedicação da população urbana**. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, v. 40, n. 1, pg. 21-25, jan./mar., 2014.

NAVAES, S. R. B. **Sentidos da automedicação para enfermeiras de hospital público do município de Niterói**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2010.

OLIVEIRA, A. L. M.; PELÓGIA, N. C. C. **Cefaleia como principal causa de automedicação entre os profissionais da saúde não prescritores**. Rev. Dor, São Paulo, v.12, n. 2 Abr./Jun., 2011.

PAULA, T. C.; BOCHNER, R.; MONTILLA, D. E. R. **Análise clínica e epidemiológica das internações hospitalares de idosos decorrentes de intoxicações e efeitos adversos de medicamentos, Brasil, de 2014 a 2018**. Revista Brasileira de Epidemiologia. v.15, n.4, p.828-844, 2019.

RIBEIRO, M. I. et al. **Prevalência da automedicação na população estudantil do Instituto Politécnico de Bragança**. Revista Portuguesa de Saúde Pública, v. 28, n. 1, p. 41-48, 2020.

SCHMID, B.; BERNAL, R.; SILVA, N. N. **Automedicação em adultos de baixa renda no município de São Paulo**. Revista de Saúde Pública. v.44, n.6, p.1039-1045, 2010.

SILVA, F. M.; GOULART, F. C.; LAZARINI, C. A. **Caracterização da prática de automedicação e fatores associados entre universitários do curso de Enfermagem**. Revista Eletrônica de Enfermagem de São Paulo, 2016.

SILVA, L. S. F. et al. **Automedicação em acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde de uma universidade privada do Sul do Estado de Minas Gerais**. Odont.Clin - Cient., Recife, p. 57 – 63, 2010.

SILVANA, A. I. L. et al. **Prevalência e fatores associados a automedicação: resultados do projeto Bambuí**. Rev Saúde pública, Belo Horizonte, MG, p. 55-62, 2015.

SOUSA, H. W. O.; SILVA, J. L.; NETO, M. S. **A Importância do Profissional Farmacêutico no Combate à Automedicação no Brasil**. Revista Eletrônica de Farmácia, Imperatriz – MA, v. 5, n. 1, pg. 67-72, 2008.

VITOR, R. S.; LOPES, C. P.; MENEZES, H. S.; KERKHOFF, C. E. **Padrão de consumo de medicamentos sem prescrição médica na cidade de Porto Alegre, RS**. Revista & Saúde Coletiva, Porto Alegre – RS, v. 13, Sup I, pg. 737-743, 2008.